

Vinte anos do SUS: celebrar o conquistado, repudiar o inaceitável

Twenty years of SUS: celebrating achievements, repudiating the unacceptable

Nos 20 anos da Constituição Brasileira e do Sistema Único de Saúde (SUS), o CEBES celebra a grande conquista da sociedade brasileira, que mudou a história da política social no país ao instituir a saúde como direito de todos os cidadãos, sem distinção de qualquer natureza, e dever do Estado.

Nessas duas décadas, profissionais, gestores, movimentos sociais, serviços e a população vêm travando uma dura batalha na tentativa de fazer com que esse direito seja concreto, contínuo e seguro.

O SUS mudou de forma radical a configuração da atenção à saúde no Brasil. É, sem dúvida, uma das políticas sociais mais abrangentes e distributivas da história nacional, ao tornar o acesso à saúde universal e incluir milhões de brasileiros na condição de usuários de saúde.

Com o SUS, criou-se um sistema nacional e único, que abrangeria todas as áreas relativas ao cuidado em saúde. O sistema reordenou a prestação de serviços, através da criação de uma complexa e ousada estrutura na qual união, estados e municípios trabalham em conjunto, além de ter criado e expandiu instâncias de pactuação e participação social inéditas na história do país.

O SUS aumentou, ainda, a rede de serviços públicos, criou e implementou inúmeros programas de atenção e promoção avançados e abrangentes. A população conhece o SUS e o usa todos os dias direta ou indiretamente. Os números do SUS impressionam, demonstram a potência desse jovem sistema e confirmam a importância da instituição do direito à saúde na Constituição.

É mais que um sistema de saúde. Faz parte do pacto social presente na Constituição de 1988, que visa à construção de uma sociedade democrática e solidária. Foi inscrito na seguridade social para, junto à assistência social e previdência, garantir proteção social em condições de igualdade a todos os cidadãos, através de políticas equitativas e sistemas universais, públicos e financiados por toda a sociedade.

Esses são preceitos que valorizam a vida, a dignidade e o direito ao futuro como bens inalienáveis a todos. Não há paz e desenvolvimento onde a vida é um valor menor, onde a saúde é considerada uma mercadoria que mais terá quem mais puder pagar. Não há justiça social onde a atenção à saúde depende da capacidade e do esforço individual de cada um. Não há futuro para uma sociedade sem bens coletivos sólidos e perenes.

Os governos têm continuamente adiado sua integral responsabilidade com a seguridade social e com o SUS, restringindo financiamento e recursos humanos, permitindo a expansão do setor privado em áreas estritamente públicas e sendo permissivo com práticas clientelistas e patrimonialistas.

Em 20 anos de SUS, a saúde tem sido negligenciada em prol de uma de política econômica restritiva e de acordos políticos particularistas. Esse não é o projeto dos brasileiros. O projeto dos brasileiros é que se cumpra a Constituição, e aos governos cabe não somente “respeitá-la”; eles têm a obrigação de implementá-la.

É exatamente o reconhecimento a todos os avanços do SUS que faz com que o CEBES, nesse momento de justa celebração, venha registrar sua indignação com a permanência de um conjunto de problemas que atinge de forma cruel a população e ameaça os princípios conquistados.

Nossa indignação faz com que registremos o que consideramos inaceitável no SUS hoje.

Inaceitável porque ultrapassa os limites do respeito à dignidade humana. Inaceitável porque fere os direitos da cidadania e da democracia. Inaceitável porque corrompe os princípios do que é público, bem de todos, e não pode ser usado em favor de alguns. Inaceitável porque conhecemos as soluções e dominamos as condições necessárias para implementá-las.

A sociedade brasileira investiu trabalho e esperanças na construção de um SUS para todos. É inaceitável que governos e gestores, representantes do Estado responsáveis pelo SUS, deixem de cumprir suas diretrizes elementares. Não podemos mais esconder ou justificar as tragédias cotidianas que afligem a população e que podem ser resolvidas já.

O SUS é um projeto nacional, solidário, justo e, acima de tudo, possível. Por isso consideramos inaceitável, após 20 anos:

1. que ainda não exista uma fonte estável para o financiamento do SUS;
2. que o gasto público em saúde ainda seja de menos de R\$ 1 por habitante/dia, muito aquém de países menos ricos na América Latina;
3. que permaneçam as condições precárias de atendimento nos serviços do SUS. O SUS pode e deve prestar serviços dignos aos cidadãos. A população tem o direito de saber em que condições será atendida, quanto tempo tardará o atendimento e como proceder em caso de expectativas não cumpridas;
4. que serviços do SUS ainda não funcionem como uma rede integrada, com porta de entrada única, jogando ao usuário a responsabilidade de buscar, por conta própria, os serviços de que necessita;
5. que ainda não tenham sido implementados, em todo o território nacional, mecanismos elementares de gestão de filas que eliminem o sofrimento diário dos usuários;
6. que na reorganização da atenção seja dada prioridade às UPAs e AMAs, modelos ultrapassados e imediatistas de instalação focada de unidades, e que a atenção básica não seja até hoje o eixo estruturante de todo o sistema;

7. que ainda não tenha sido implantado o cartão SUS, com informações seguras sobre o histórico de cuidados aos usuários, fonte de planejamento, transparência e combate à corrupção;
8. que a população não tenha ainda acesso seguro e regular aos medicamentos e exames vinculados ao ato terapêutico;
9. que serviços do SUS ainda não garantam às mulheres grávidas a referência segura de onde vão dar à luz;
10. que se mantenham discriminações de classe social, gênero, orientação sexual e raça em serviços do SUS;
11. que serviços e profissionais de saúde continuem maltratando as mulheres que fazem aborto, com negligência no atendimento, ajuizamento moral, denúncias e outras formas de violação de direitos;
12. que serviços desautorizados pela vigilância sanitária continuem funcionando;
13. que hospitais lucrativos continuem sendo considerados como filantrópicos e recebendo subsídios públicos;
14. que se mantenha a dupla porta de entrada nos hospitais públicos e contratados;
15. que os profissionais de saúde sejam desvalorizados e tenham suas condições de trabalho e salariais aviltadas;
16. que o SUS continue sem uma política nacional de formação e capacitação de recursos humanos;
17. que, a título de redução do gasto público, se mantenha a farsa dos vínculos precários de trabalho, dependendo de convênios e contratos temporários;
18. que profissionais usem a precariedade das condições de trabalho como justificativa para ausências e não cumprimento de horários;
19. que o SUS continue sendo usado como moeda política. É preciso criminalizar o uso político de cargos de direção e dos setores de compras de hospitais do SUS que estimulam a corrupção, drenam recursos e comprometem a qualidade dos serviços;
20. que se mantenham transferências e subsídios do setor público para o setor privado de planos e seguros, através da compra de planos para funcionários públicos e da dedução do pagamento de planos no imposto de renda. É injusto que o conjunto da população financie o acesso diferenciado das camadas médias, a sobrevivência e crescimento do setor privado;

21. que o SUS ainda não estabeleça metas e responsabilidades sanitárias claras a serem cumpridas pelos gestores e governos;
22. que ainda não existam mecanismos legais de responsabilização de governos e gestores pelos serviços não cumpridos. Essa ausência estimula e encobre a alarmante corrupção no setor;
23. que as transferências financeiras intergovernamentais ainda sejam feitas de forma verticalizada, em 'caixinhas', engessando o planejamento e a lógica sanitária;
24. que as políticas sociais sejam hoje, e cada vez mais, fragmentadas e setorializadas. É urgente o estabelecimento de políticas que integrem as distintas áreas sociais, para se garantirem os direitos instituídos no título VIII da Constituição;
25. que o país ainda careça de uma política saudável para o meio ambiente, que afaste os riscos do cultivo de transgênicos, do abuso de agrotóxicos, da poluição dos mananciais, do desflorestamento, e também de uma política que assegure condições saudáveis de trabalho no campo e nas indústrias;
26. que governo e sociedade se recusem a discutir o aborto que praticamos, o consumo de álcool que nos vitima, os acidentes de trabalho que nos mutilam;
27. que se ignore a importância do complexo produtivo da saúde como forma de afirmação da soberania nacional, como combate à subordinação da produção industrial à lógica de preservação de patentes e domínios de conhecimento, como possibilidade de associar o desenvolvimento industrial à política de proteção social, gerando um exemplar modelo de desenvolvimento nacional;
28. que não se efetive a concepção de Seguridade Social prevista na Constituição de 1988 como condição imprescindível para a coesão social. Essa efetivação passa hoje pela convocação da Conferência Nacional de Seguridade Social.

Transformar o direito à saúde em direito em exercício é dever do Estado e não pode mais ser adiado, sob alegações de qualquer ordem.

Não existe valor superior à vida, muito menos aqueles propugnados pelos defensores de políticas voltadas para o pagamento de juros e produção de superávits fiscais que restringem o investimento social inadiável.

O CEBES conclama todos a celebrar nossas conquistas, refletir sobre os impasses e desafios e não ceder àquilo que é inaceitável. Após 20 anos já temos condições de exigir a sua superação imediata!

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE

Rio de Janeiro, novembro de 2008.